

**SÃO PAULO URBANISMO****SP-URBANISMO/CHG/Gerencia Jurídica**

Rua Líbero Badaró, 504, 16º. Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01008-906

Telefone: 11-3113-7500

Parecer SP-URB/CHG-GJU Nº 024553065

São Paulo, 26 de dezembro de 2019

GJU - SR. GERENTE JURÍDICO

Trata-se de solicitação de análise e manifestação jurídica acerca do quanto requerido através dos OFÍCIOS 197/2019/SR/SÉ e 275/2019/SR SÉ/SP, através dos quais a contratada REITERA o Ofício nº 148/2019/SE-SÉ/SP consistente na solicitação de pagamento pelos serviços prestados em razão do Contrato n.º 0541435000, os quais encontram-se retidos nesta SP-URBANISMO em razão da existência de pendências no CADIN MUNICIPAL e da requisição de informações pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo acerca de pagamentos anteriormente realizados à CAIXA a despeito da inscrição no CADIN.

Num primeiro momento, esta GJU orientou no sentido de que se aguardasse manifestação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo a respeito da infringência apontada no Relatório de Fiscalização TCM, o que já ocorreu, como se pode observar do documento SEI n.º (024395687), tendo o TCM/SP se posicionado no seguinte sentido:

"Em que pese à argumentação da empresa atendendo à determinação de apresentar justificativa para os pagamentos, tal fato não suprime a infringência apontada. Desta forma, a SP-Urbanismo deve buscar junto à PMSP o respaldo formal para o afastamento do cumprimento do art. 3º, inciso II, do Decreto Municipal nº 47.096/2006 nos casos em que houver similaridade com o apontado.

Situação atual: Atendida."

Embora o Tribunal de Contas de São Paulo tenha consignado no relatório que a infringência persiste, considerou a situação atendida, acolhendo, portanto, a justificativa apresentada por esta empresa.

Ocorre que, como ressaltado na manifestação DIP (024437518), tanto a SMDU/AJ quanto PGM manifestaram-se pela viabilidade da excepcional mitigação da exigência contida no artigo 3º, inciso II, do Decreto Municipal n.º 47.096/2006, culminando no despacho autorizatório para a contratação pretendida da Caixa.

Por todo o exposto, REITERO as manifestações jurídicas exaradas no sentido de viabilidade do pagamento pelos serviços prestados.

Em que pese o posicionamento ora esposado, em face da recomendação contida no Relatório de Fiscalização, é preciso atentar que noutros casos futuros análogos esta empresa deverá buscar respaldo formal para afastamento da prova de inexistência de pendência junto ao CADIN Municipal.

RICARDO SIMONETTI

Advogado

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Simonetti, Analista Administrativo**, em 26/12/2019, às 16:00, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto



55.838/2015



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **024553065** e o código CRC **B9BE1FCA**.

Referência: Processo nº 7810.2019/0000652-1

SEI nº 024553065